

Deise H. K. Lora

SUBJETIVIDADE E IMPARCIALIDADE NO PROCESSO PENAL



tirant
lo blanch

Academia



Copyright© 2019 by Deise H. K. Lora

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

L862 Lora, Deise H. K.
Subjetividade e imparcialidade no Processo Penal / Deise
H. K. Lora. - 1. ed. – Florianópolis : Tirant lo Blanch, 2019.
306p.

ISBN: 978-85-9477-309-8

1. Imparcialidade. 2. Direito Penal. 3. Processo
Penal. I. Título.

CDU: 343.1

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Av. Embaixador Abelardo Bueno, 1 - Barra da Tijuca

Dimension Office & Park, Ed. Lagoa 1, Salas 510D, 511D, 512D, 513D

Rio de Janeiro - RJ CEP: 22775-040

www.tirant.com/br - editora@tirant.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	
PROCESSO PENAL RACIONALIZADOR E OS FUNDAMENTOS CONTEXTUAIS À IMPARCIALIDADE	21
1.1. O CONTRADITÓRIO ESTADO DA ARTE: ENTRE SUBJETIVIDADE E PROCESSO PENAL	21
1.1.1. Situando o argumento: pressuposto, o método e a antítese	22
1.1.2. A subjetividade em questão: do 'eu' racional ao sujeito ético de Emmanuel Levinas	29
1.2. O PROCESSO PENAL E O CAMINHO PERCORRIDO: ENTRE A SUPERAÇÃO E A PERMANÊNCIA DE PARADIGMAS	53
1.2.1. O racionalismo iluminista e o processo de humanização das penas: do corpo para a mente	58
1.2.2. A ciência jurídica avalorativa: o delineamento da 'isenção' pelo positivismo jurídico	72
1.2.3. 'Sistema' processual misto e a junção do inconciliável	89
1.3. (RE)SITUANDO O ARGUMENTO: ENTRE A INCONSCIENTE RACIONALIDADE À SUBJETIVIDADE ÉTICA INFINITA	102
CAPÍTULO II	
CIRCUNSCRIÇÃO FORMAL E MATERIAL DA IMPARCIALIDADE: ANÁLISE DA INCOMPLETUDE DE UM CONCEITO JURÍDICO	107
2.1. PARÂMETROS TEÓRICO-LEGISLATIVOS À IMPARCIALIDADE E A ATUAÇÃO DOS PERSONAGENS DA JURISDIÇÃO	107
2.1.1. Jurisdição, equidade e igualdade: uma digressão pela imparcialidade e suas conexões possíveis	110
2.1.2. Imparcialidade como elemento essencial à efetividade jurisdicional: a relação com institutos processuais correlatos	131
2.1.2.1. <i>'Audiatur et altera pars'</i>	135
2.1.2.2. Princípios dispositivo e acusatório	140
2.1.2.3. Devido processo legal	143
2.2. A SEPARAÇÃO FORMAL ENTRE IMPARCIALIDADE E NEUTRALIDADE: O LONGO (E DIFÍCIL) CAMINHO DA CIÊNCIA À PRÁTICA JURÍDICA	147
2.3. COMPLEMENTANDO O CONCEITO: DE ELEMENTOS MATERIAIS A PARÂMETROS INTERPRETATIVOS DE CORTES INTERNACIONAIS E LOCAIS	160
2.3.1. A exegese da imparcialidade pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos ..	163
2.3.2. O dever de imparcialidade em âmbito local: a Corte Interamericana de Direitos Humanos	174

2.3.3. A imparcialidade no Brasil e a exasperação do problema: as consequências da escassez de identidade jurídica	180
2.3.4. Os poderes instrutórios do juiz e a compulsão pela evidência	201
2.4. A GUIA DE CONCLUSÕES PRELIMINARES	214
CAPÍTULO III	
O PROCESSO PENAL E CAMINHOS POSSÍVEIS: POR UMA IMPARCIALIDADE INTERDISCIPLINAR.	217
3.1. EXPANDINDO O DEBATE: APORTES INTERDISCIPLINARES À IMPARCIALIDADE MATERIAL.	217
3.1.1. Teoria da Dissonância Cognitiva	223
3.1.2. Schünemann: o 'juiz como um terceiro manipulado no processo penal'	227
3.2. A TRANSPOSIÇÃO INQUISITORIAL NA ITÁLIA E REFORMA PROCESSUAL PENAL.	237
3.3. A DEMOCRACIA PROCESSUAL PENAL E A REFORMA CHILENA	252
3.4. A SITUAÇÃO BRASILEIRA: ENTRE INQUISITORIEDADE, IMPARCIALIDADE E AS INDISPENSÁVEIS REFORMAS PROCESSUAIS	258
3.4.1. Procedimento: o caminho das melhores condições à imparcialidade	262
3.4.2. As transformações possíveis e a respectiva avaliação 'econômica'	264
3.4.3. A racionalidade ética e imparcialidade: uma mutação cultural necessária	273
CONCLUSÃO.	281
REFERÊNCIAS.	291